

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra



Walter Vicioni*

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea aboliu oficialmente o trabalho escravo no Brasil. Porém, valores e costumes não são modificados por decretos ou leis. É um processo de mudança que se estende por um bom tempo, maior ou menor, na dependência de políticas públicas e das demandas da sociedade e dos setores econômicos. Assim, o preconceito em relação ao trabalho manual, característico da escravidão, permaneceu. E a preparação para ocupações manuais continuou a ser vista como destinada aos filhos dos outros. Nesse sentido, o decreto de 1909, que criou Escolas de Aprendizizes Artífices, considerou necessário “não só habilitar os filhos dos *desfavorecidos da fortuna* com o indispensável preparo técnico e intelectual, como *fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastarão da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.*”

Mas, em especial na década de 1940, a indústria precisou produzir o que outros países não po-

diam mais vender para o Brasil, em consequência da guerra. A pressão dessa indústria para contar com trabalhadores qualificados fez com que o poder público oficializasse, em 1942, a criação do SENAI e tomasse ainda outras medidas para a expansão do ensino industrial.

Durante as décadas seguintes, o ensino profissional industrial manteve-se à margem do sistema educacional brasileiro, como um “patinho feio” tolerado e aceito como uma estrutura paralela. Os ginásios industriais públicos minuíam e praticamente desapareceram. O SENAI cresceu e foi um dos esteios para a ampliação, diversificação e modernização da indústria.

Recentemente, assiste-se a uma valorização do ensino profissional e, em especial, do técnico, que passa a fazer parte de todos os discursos políticos, como solução para problemas do País. A matrícula cresce e, a cada dia, assiste-se à inauguração de uma nova escola técnica pública, à dedica-

ção de mais uma ONG ao preparo de aprendizes e ao lançamento de programas para a criação de milhares de vagas de qualificação profissional. Ainda, tem-se conhecimento de uma avalanche de novas normas do Ministério da Educação para regulamentar e controlar o ensino técnico.

Do relativo abandono, assiste-se agora à supervalorização do ensino profissional. Isso é ruim? Não, desde que se tome uma série de cuidados.

Primeiramente, é preciso ter claro que a clientela não pode se limitar à população de baixa renda. Além disso, os objetivos do ensino profissional não podem se restringir a aumentar a autoestima dos jovens ou a retirá-los da rua. Não podemos voltar ao ensino para os pobres e desamparados, que pretende afastar o jovem da “ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.”

Ainda, não podemos aumentar indiscriminadamente as vagas sem levar em conta a demanda.

A falta de planejamento pode resultar em uma frustração dos formados, que não encontram oportunidades de inserção no mundo do trabalho; das empresas, que não conseguem admitir trabalhadores com o perfil necessário; e da sociedade em geral, que não tem sucesso em seus planos de desenvolvimento socioeconômico.

Também é importante considerar que a educação profissional precisa conservar certo grau de flexibilidade para poder adaptar-se às constantes mudanças nas tecnologias e nas formas de organização dos sistemas produtivos. O excesso de regulamentação, como são exemplos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível

Técnico e a necessidade de inclusão em um catálogo nacional para a implantação de um novo curso técnico, vem engessando e inviabilizando a contínua adequação ao mercado de trabalho.

Finalmente, é essencial considerar que o ensino técnico não pode substituir uma educação básica de excelência. Não pode também prescindir dela. Pelo contrário, é fundamental que o ensino profissional seja alicerçado numa sólida educação geral, já que precisa formar profissionais capazes de realizar operações cada vez mais complexas e variadas, dominando conhecimentos tecnológicos de sua área de atuação. Além disso, deve promover o desenvolvimento de atitudes pessoais, no sentido de incentivar a iniciativa, a capacidade de julgamento para planejar e para avaliar o próprio trabalho e a disposição para trabalhar em equipe, bem como a criatividade para enfrentar novas situações e solucionar problemas.

Assim, é alvissareiro que o ensino profissional seja valorizado. Mas é preciso considerar que não é uma missão para amadores. Para ser eficaz, deve ser fruto de planejamento e de constantes avaliações. Portanto, não se trata de tirá-lo do limbo para tratá-lo como uma panaceia que resolverá todos os problemas da educação nacional. Como já ensinava Ovídio, em *Metamorfoses*, o meio-termo é em tudo mais seguro. ■

*Membro titular do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, diretor regional do SENAI/SP e superintendente do SESIS/SP

www.sesisp.org.br

www.sp.senai.br



Júlia Moraes